

Índice Sistemático

CAPÍTULO I – O CONTRATO EM GERAL	1
1. Direitos reais e direitos pessoais	1
2. Fontes das obrigações	2
3. Negócios jurídicos e contratos.....	2
4. Ato jurídico, fato jurídico e negócio jurídico.....	3
5. Conceituação do contrato	4
6. Visão histórica.....	7
7. Requisitos extrínsecos para a validade do contrato	10
7.1. Capacidade das partes	10
7.2. Objeto lícito, possível, determinado ou determinável.....	11
7.3. Forma prescrita ou não defesa em lei.....	12
7.4. Licitude do motivo determinante, comum a ambas as partes.....	12
7.5. Não preterição de alguma solenidade essencial no negócio praticado	13
7.6. Inexistência de fraude à lei imperativa	13
7.7. Ausência de expressa declaração de nulidade ou proibição, ou a existência da previsão de outra sanção, se presentes tais vícios	14
7.8. Inexistência de simulação ou presença da transparência e lealdade	15
7.9. Consentimento	16
8. Princípios que regem a formação do contrato.....	17
8.1. Autonomia da vontade	17
8.2. Liberdade e função social do contrato.....	18
8.3. Equivalência das prestações	24
8.4. Supremacia da ordem pública	25
8.5. Obrigatoriedade dos contratos	26
8.5.1. Exceções à obrigatoriedade do contrato derivadas do caso fortuito ou força maior	28
8.5.1.1. Caracterização do caso fortuito ou força maior	28
8.5.1.2. Requisitos do caso fortuito ou força maior	30
8.5.1.3. Hipóteses possíveis de exoneração	31

8.5.1.4.	Impossibilidade relativa e exoneração da obrigação	31
8.6.	A probidade e a boa-fé.....	33
8.7.	Dirigismo contratual.....	34
9.	Contrato consigo mesmo	35
10.	Distrato	36
CAPÍTULO II – FORMAÇÃO DOS CONTRATOS.....		39
1.	Manifestação da vontade	39
1.1.	Manifestação expressa da vontade	39
1.2.	Manifestação tácita da vontade	40
2.	Fase preliminar do contrato	42
3.	A proposta	45
3.1.	Proposta sem força obrigatória.....	47
3.2.	Proposta dirigida a pessoas indeterminadas ou oferta ao público	49
3.3.	Caráter autônomo da proposta.....	51
4.	A aceitação	52
4.1.	Aceitação em contrato formado por pessoas presentes e ausentes.....	53
4.2.	Aceitação tardia	53
4.3.	Aceitação tácita.....	54
4.4.	Contraproposta.....	56
4.5.	Retração da aceitação	56
5.	Momento da formação do contrato e lugar da celebração.....	57
CAPÍTULO III – CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS.....		61
1.	No direito romano.....	61
2.	No direito brasileiro	62
2.1.	Contratos unilaterais ou benéficos e bilaterais ou onerosos.....	62
2.1.1.	A exceção do não adimplemento do contrato.....	64
2.1.2.	Condição resolutiva tácita	67
2.1.3.	Responsabilidade dos contratantes nos contratos bilaterais ou onerosos e unilaterais ou benéficos	68
2.2.	Contratos gratuitos e onerosos.....	69
2.3.	Contratos comutativos e aleatórios.....	71
2.4.	Contratos nominados (ou típicos) e os inominados (ou atípicos)	72
2.5.	Contratos reais, formais e consensuais.....	73
2.6.	Contratos mistos e coligados	74
2.7.	Contratos instantâneos, sucessivos e de execução diferida	76

2.7.1.	Contratos instantâneos e sucessivos.....	76
2.7.2.	Contratos de execução diferida.....	77
2.7.3.	Contratos sucessivos e de execução diferida e aplicação da lei no tempo.....	77
2.8.	Contratos principais e acessórios.....	79
2.9.	Contratos por tempo determinado e por tempo indeterminado.....	80
2.10.	Contratos formados em consideração da pessoa e contratos impessoais ...	81
2.11.	Contratos derivados ou subcontratos.....	81
2.11.1.	Pressupostos	83
2.11.2.	Autorização para subcontratar.....	83
2.11.3.	Subcontrato e cessão de contrato.....	84
2.11.4.	Efeitos do subcontrato.....	85
2.12.	Contratos individuais e coletivos	87
2.13.	Negócio ou contrato indireto.....	88
2.13.1.	Concepções doutrinárias	88
2.13.2.	Configuração do objetivo visado	89
2.13.3.	Voluntariedade na busca do objetivo diverso daquele constante no contrato.....	90
2.13.4.	Aplicações do negócio indireto no direito atual.....	90
2.14.	Contrato de adesão.....	91
2.14.1.	Espécies exemplificativas de contrato de adesão	93
2.14.2.	Interpretação	96
2.15.	Contratos standardizados, ou celebrados em massa.....	99
2.16.	Contratos eletrônicos.....	100
CAPÍTULO IV - EXTERIORIZAÇÃO DOS CONTRATOS		105
1.	Lugar da celebração e prova do contrato.....	105
2.	Publicidade do contrato.....	108
3.	Direito de arrependimento.....	112
3.1.	Direito de arrependimento nos contratos de promessa de compra e venda de terrenos ou de unidades condominiais na incorporação imobiliária ...	113
3.1.1.	Direito de arrependimento de parte do promitente vendedor ...	113
3.1.2.	Direito de arrependimento ou desistência de parte do promitente adquirente e a Lei nº 13.786/2018.....	114
3.1.2.1.	Tratamento jurídico de acordo com a jurisprudência formada até o advento da Lei nº 13.786/2018.....	114
3.1.2.2.	Tratamento jurídico de acordo com a Lei nº 13.786/2018 relativamente a unidades condominiais	118

3.1.2.3. Tratamento jurídico de acordo com a Lei nº 13.786/2018 relativamente aos contratos de promessa de compra e venda em loteamentos.....	122
4. A impossibilidade do cumprimento nos contratos com obrigação de fazer	124
5. Interpretação dos contratos.....	125
CAPÍTULO V – OBJETO DO CONTRATO	132
1. Objeto do contrato e objeto da obrigação	132
2. Requisitos do objeto do contrato.....	132
2.1. Possibilidade da prestação.....	133
2.2. Utilidade da prestação	133
2.3. Licitude da prestação	133
CAPÍTULO VI – TEORIA DA IMPREVISÃO E REVISÃO DOS CONTRATOS.....	135
1. Caracterização.....	135
2. Aplicação	137
3. Previsão de reajustamento de valores nos contratos.....	140
CAPÍTULO VII – ESTIPULAÇÃO EM FAVOR DE TERCEIRO E PROMESSA DE FATO DE TERCEIRO	141
1. Caracterização da estipulação.....	141
2. Tipificação do contrato	142
3. Consentimento do terceiro	143
4. Exigibilidade da prestação na estipulação.....	143
5. Substituição do terceiro beneficiário na estipulação.....	144
6. Pessoas indeterminadas.....	145
7. Promessa de fato de terceiro	145
CAPÍTULO VIII – ARRAS	147
1. Conceito.....	147
2. Natureza jurídica	148
3. Espécies.....	148
4. Arras e indenização por perdas e danos.....	152
5. Arras e cláusula penal	153
CAPÍTULO IX – CESSÃO DO CONTRATO	154
1. Conceito.....	154
2. Pessoas que intervêm na cessão do contrato e requisitos.....	154

3. Distinção entre cessão de crédito e cessão de contrato	156
4. Forma da cessão de contrato.....	156
5. Espécies de cessão de contrato.....	157
6. Efeitos da cessão de contrato	158
7. Hipóteses comuns de cessão de contrato	159
CAPÍTULO X – VÍCIOS REDIBITÓRIOS	160
1. Caracterização.....	160
2. Requisitos configuradores dos vícios redibitórios	161
3. Conhecimento ou desconhecimento dos vícios pelo alienante	163
4. Perecimento da coisa.....	163
5. Vendas judiciais	163
6. Ações asseguradas ao adquirente	164
7. Erro e vício redibitório.....	165
8. Cláusula de renúncia à responsabilidade pelos vícios redibitórios.....	167
9. Prazo de decadência do direito.....	167
10. Prazos no Código de Defesa do Consumidor	168
CAPÍTULO XI – EVICÇÃO	170
1. Caracterização.....	170
2. Requisitos	171
3. Contratos a que se aplica a evicção	173
4. Reforço, diminuição ou exclusão da garantia.....	174
5. Prestações devidas ao evicto	175
6. Evicção parcial	176
7. Responsabilidade do alienante nas deteriorações da coisa adquirida.....	177
CAPÍTULO XII – CONTRATOS ALEATÓRIOS	178
1. Caracterização.....	178
2. Coisas ou fatos futuros com o risco de não virem a existir.....	179
3. Coisas futuras com o risco de virem a existir em qualquer quantidade	179
4. Coisas existentes expostas a risco.....	180
CAPÍTULO XIII – CONTRATO PRELIMINAR	181
1. Conceito.....	181
2. Requisitos	182

3. Execução coativa do contrato preliminar.....	182
4. Promessa de contrato unilateral	184
CAPÍTULO XIV – CONTRATO COM PESSOA A DECLARAR	185
1. Tipicidade da figura	185
2. Condições para a configuração.....	186
3. Momento da vigência dos efeitos na formalização da transferência	187
4. Casos de eficácia restrita aos contratantes originários	187
CAPÍTULO XV – EXTINÇÃO DOS CONTRATOS	189
1. Causas de extinção	189
2. Contratos inexistentes e contratos nulos.....	190
2.1. Discriminação das nulidades.....	192
2.1.1. Contrato celebrado por pessoa menor de dezesseis anos.....	192
2.1.2. O contrato em que for ilícito, impossível ou indeterminável seu objeto	193
2.1.3. O contrato no qual há ilicitude do motivo determinante comum a ambas as partes.....	194
2.1.4. Contratos não revestidos da forma especial prevista em lei	194
2.1.5. Contratos nulos por preterição de alguma solenidade considerada essencial pela lei	195
2.1.6. Contratos com o objetivo de fraudar lei imperativa	196
2.1.7. Contratos que a lei considera nulos ou proíbe a prática sem cominar sanção	196
2.1.8. Contratos nulos por simulação	197
2.1.8.1. Características e requisitos	199
2.1.8.2. Espécies	199
2.1.8.3. Simulação e dissimulação	200
2.1.8.4. Reserva mental.....	200
2.1.8.5. Simulação na interposição de pessoa.....	200
2.1.8.6. Simulação através de declaração, confissão ou condição não verdadeira.....	201
2.1.8.7. Simulação de data	201
2.1.8.8. Alegação da simulação pelos próprios contratantes	201
2.1.8.9. Legitimidade para arguir a simulação.....	202
3. Contratos anuláveis.....	203
3.1. Contratos anuláveis por incapacidade relativa do agente	203
3.1.1. Os maiores de 16 e menores de 18 anos.....	204

3.1.2.	Os ébrios habituais e os viciados em tóxicos.....	205
3.1.3.	Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.....	207
3.1.4.	Os pródigos.....	212
3.1.5.	Os indígenas	212
3.1.6.	Capacidade civil do preso condenado.....	213
3.1.7.	Os cegos.....	214
3.1.8.	A capacidade relativa do marido e da mulher para certos contratos	214
3.2.	Contratos anuláveis por vícios de consentimento	217
3.2.1.	Erro ou ignorância.....	218
3.2.2.	Dolo	220
3.2.3.	Coação.....	223
3.2.4.	O estado de perigo	225
3.2.5.	A lesão no direito	226
3.2.6.	Fraude contra credores.....	233
4.	Resolução das obrigações pelo inadimplemento.....	243
4.1.	Espécies de inadimplemento	244
4.2.	Resolução de obrigações contemplada em lei	246
4.3.	Caminhos oferecidos ao credor frente ao inadimplemento	247
4.4.	Cumprimento imperfeito e a resolução.....	248
4.5.	Defesas do inadimplente e exceção do contrato não cumprido.....	253
4.6.	Efeitos da resolução.....	255
4.7.	Cláusula resolutiva expressa	256
4.8.	Cláusula de decaimento.....	258
4.9.	Modos de resolução	259
4.10.	Situações especiais que comportam a resolução e a revisão	260
5.	Extinção do contrato por acordo mútuo ou decisão de um dos contratantes.....	266
6.	A exceção do não cumprimento do contrato como causa de rescisão	268
CAPÍTULO XVI – COMPRA E VENDA		270
1.	Da permuta à compra e venda.....	270
2.	Sistemas jurídicos na concepção da compra e venda	271
3.	Definição de compra e venda.....	273
4.	Compra e venda pura.....	274
5.	Características.....	274
6.	Elementos da compra e venda	275

6.1.	O consentimento	275
6.2.	O preço	276
6.3.	A coisa.....	281
6.3.1.	Venda de coisa atual ou futura	282
6.3.2.	Venda de coisa alheia.....	283
6.3.3.	Venda de coisa litigiosa	284
6.3.4.	Vendas e pactos sucessórios	286
6.3.5.	Vício oculto de coisas vendidas conjuntamente	287
6.3.6.	Transferência da coisa e de direitos sobre o bem.....	287
6.4.	Forma.....	289
7.	Obrigações do vendedor e do comprador.....	289
7.1.	Relativamente ao vendedor.....	289
7.2.	Relativamente ao comprador.....	291
8.	Capacidade nos contratos de compra e venda.....	291
9.	Os riscos da coisa na compra e venda.....	293
10.	Garantias reconhecidas ao vendedor não pago na compra e venda.....	296
11.	Despesas de transferência e responsabilidades sobre débitos anteriores	297
12.	Retenção da coisa ou do preço.....	298

CAPÍTULO XVII – FORMAS ESPECIAIS DE COMPRA E VENDA..... 299

1.	Compra e venda à vista de amostras, protótipos ou modelos	299
2.	A retrovenda.....	300
3.	A venda a contento e a sujeita à prova.....	303
4.	Preempção ou preferência.....	306
5.	Pacto do melhor comprador	309
6.	Pacto comissório.....	310
6.1.	Pacto comissório expresso e tácito. Implicações na interpelação	312
6.2.	Pacto comissório e pagamento do preço mediante notas promissórias <i>pro soluto</i> e <i>pro solvendo</i>	313
6.3.	Pacto comissório e a interpelação	314
6.4.	Contratos em que é proibido o pacto comissório	315
6.5.	Pacto comissório e dação em pagamento	316
7.	Venda <i>ad corpus</i> e venda <i>ad mensuram</i>	318
7.1.	Espécies de venda <i>ad corpus</i> e venda <i>ad mensuram</i>	319
7.2.	Falta de área na venda <i>ad mensuram</i>	321
7.3.	Alternativas judiciais oferecidas ao comprador	321
7.4.	Excesso de área na venda.....	322

7.5.	Falta de área nas vendas judiciais.....	323
7.6.	Decadência do direito de invocar a falta ou o excesso de área.....	323
8.	Venda de quinhão em coisa comum.....	324
8.1.	Conceito de indivisibilidade.....	325
8.2.	Venda de coisa comum em bens divisíveis.....	327
8.3.	Condições para o condômino exercer o direito de preferência.....	327
8.4.	Inexistência do direito de preferência em alienações diversas da compra e venda.....	328
8.5.	Bens com benfeitorias e direito de preferência.....	328
8.6.	Preferência no condomínio horizontal, fracionado em apartamentos.....	328
8.7.	Direito de preferência entre locatário e condômino.....	329
9.	Venda de ascendente a descendente.....	330
9.1.	Anulabilidade da venda.....	331
9.2.	A venda por interposta pessoa.....	332
9.3.	O consentimento dos demais descendentes e do cônjuge do alienante.....	334
9.4.	Consentimento do cônjuge do descendente que anuir.....	335
9.5.	A necessidade do prejuízo aos demais descendentes e da prova da fraude.....	336
9.6.	Oportunidade para a propositura da ação.....	336
9.7.	Prazo de decadência.....	337
9.8.	Venda de descendente a ascendente.....	338
9.9.	Venda anterior ao reconhecimento da paternidade.....	338
10.	Venda de bens entre cônjuges.....	339
11.	Venda com reserva de domínio.....	340
11.1.	Conceito.....	341
11.2.	Elementos característicos.....	341
11.3.	Distinção das figuras afins ou semelhantes.....	343
11.4.	Disponibilidade da coisa pelo comprador.....	344
11.5.	Cobrança da dívida por meio do processo de execução ou do procedimento comum.....	345
11.6.	Apreensão e depósito da coisa através da ação de reintegração de posse.....	348
11.7.	Transferência dos direitos no contrato de reserva de domínio.....	350
11.8.	Responsabilidade pelos riscos.....	351
11.9.	Financiamento do preço.....	351
12.	Venda sobre documentos.....	352
12.1.	Impossibilidade de recusa do pagamento.....	353
12.2.	Efetivação do pagamento.....	353
12.3.	Entrega dos documentos e apólice de seguro.....	354
12.4.	Efetivação do pagamento por estabelecimento bancário.....	355

CAPÍTULO XVIII – PROMESSA DE COMPRA E VENDA.....	357
1. Definição de contrato de promessa de compra e venda. Imóveis loteados e imóveis não loteados	357
2. Fins do contrato	358
3. Natureza obrigacional da promessa	359
4. Obrigação de fazer e execução coativa	360
5. Pré-contrato de promessa de compra e venda.....	361
5.1. Execução coativa do pré-contrato e das formas assemelhadas	362
5.2. O registro pré-contrato.....	363
6. Promessa de compra e venda e direito real.....	363
7. Efeitos do registro do compromisso e direito real	365
8. Comparações entre promessa e escritura pública definitiva de compra e venda.....	365
9. Efeitos reais do compromisso registrado.....	366
10. Compromisso e ação reivindicatória	367
11. Forma da promessa de compra e venda	368
11.1. Em imóveis loteados	369
11.2. Em imóveis não loteados.....	370
12. Cancelamento do contrato no registro de imóveis	371
12.1. Contratos atinentes a imóveis loteados e intimações	371
12.2. Cancelamento dos contratos atinentes a imóveis não loteados	373
12.3. Mora do promitente comprador em receber a escritura.....	374
13. Cláusula penal e devolução das quantias pagas.....	374
13.1. Nas promessas de imóveis loteados e devolução do valor pago.....	374
13.2. Nas promessas de imóveis não loteados.....	376
13.3. Critério para estabelecer a redução.....	377
14. Arrependimento do loteador ou promitente vendedor.....	379
14.1. Nos imóveis loteados	379
14.2. Nos imóveis não loteados.....	380
14.3. Arrependimento e cláusula resolutiva expressa	381
15. Purgação da mora nas prestações em atraso.....	381
15.1. Nas promessas de compra e venda registradas, de imóveis loteados ou não...	381
15.2. Promessas de compra e venda não registradas de imóveis loteados ou não ...	382
15.3. Notificação do cônjuge para a purga da mora.....	383
16. Adjudicação compulsória ou ação de obrigação de emissão de declaração de vontade.....	385
16.1. Procedimento da adjudicação e da ação de emissão de declaração de vontade.....	385

16.2. Condições para a propositura da ação. Necessidade ou não do registro do contrato.....	386
16.3. Adjudicação compulsória e execução específica através do art. 501 do Código de Processo Civil	386
16.4. Adjudicação compulsória extrajudicial na promessa de compra e venda	387
CAPÍTULO XIX – TROCA OU PERMUTA	390
1. Caracterização.....	390
2. Tratamento legal específico	390
3. Bens objeto de troca ou permuta.....	391
CAPÍTULO XX – CONTRATO ESTIMATÓRIO	392
1. Conceito.....	392
2. Natureza do contrato	393
3. Impossibilidade de restituição da coisa	394
4. Proibição de medidas restritivas sobre a coisa transferida em consignação	394
5. Indisponibilidade da coisa pelo consignante antes da restituição	395
CAPÍTULO XXI – DOAÇÃO	396
1. Conceituação.....	396
2. Elementos componentes da doação	397
3. Capacidade das partes.....	400
3.1. Capacidade ativa e desnecessidade do consentimento dos demais herdeiros e do cônjuge	400
3.2. Doações realizadas por cônjuges entre si, por menores, mandatários, tutores e curadores	400
3.3. Doações entre concubinos	402
3.4. Doações entre concubinos feitas por pessoas solteiras, viúvas e separadas ou divorciadas	403
3.5. Capacidade passiva	403
4. Forma do contrato.....	404
5. Promessa de doação	406
6. Espécies de doações.....	409
7. Juros moratórios e evicção	420
8. Nulidades da doação	421
8.1. Doação universal, sem reserva do suficiente para a subsistência	421
8.2. Doação que exceder a meação disponível.....	422
8.3. Incapacidade do doador e vícios da vontade.....	424

9. Revogação da doação por ingratidão.....	425
9.1. Causas de revogação	426
9.1.1. Atentado contra a vida do doador ou a prática de crime de homicídio contra ele	426
9.1.2. Ofensa física.....	428
9.1.3. Injúria grave ou calúnia	428
9.1.4. Recusa à prestação de alimentos.....	428
9.2. Doações insuscetíveis de revogação por ingratidão	429
9.3. Revogação e direitos de terceiros	430
9.4. Prazo para promover a revogação.....	430
10. Revogação da doação por descumprimento de encargo.....	431
CAPÍTULO XXII – LOCAÇÃO	434
1. Espécies no direito romano e no direito vigente. Conceituação	434
2. Características da locação	436
3. Locação de coisas.....	437
3.1. Locação de prédios.....	437
3.1.1. Prédios rurais e urbanos	438
3.1.2. Prédios residenciais e não residenciais	439
4. Visão crítica, panorâmica e histórica da legislação locatícia	440
5. Locações reguladas pelo Código Civil.....	443
6. Normas do Código Civil aplicáveis às locações excluídas da Lei nº 8.245/1991... ..	444
7. Locações reguladas pela Lei nº 8.245/1991	447
8. Prazo do contrato de locação de prédios.....	448
9. A fixação do aluguel.....	449
10. Obrigações do locador e do locatário	450
11. Locações coletivas multifamiliares.....	455
12. Locações mistas	456
13. Locações de <i>shopping centers</i> e de imóveis a adquirir, ou a construir, ou a reformar	457
14. Locação para temporada	464
15. Locação de imóvel para a residência dos diretores e representantes do locatário	465
16. Locação de prédios rurais.....	465
17. Locação de imóveis da União, dos Estados e dos Municípios.....	470
18. Resolução da locação	471
18.1. Situações comuns às locações residenciais e não residenciais.....	472
18.2. Especificamente quanto às locações residenciais	473

18.3. Especificamente quanto às locações não residenciais.....	476
18.4. Resolução da locação pelo locatário	479
19. Preferência do locatário na transferência do imóvel	479
20. Penalidades criminais e civis.....	480
21. Locações não residenciais por cinco ou mais anos de duração.....	482
21.1. Requisitos para a renovação.....	482
21.2. Titularidade do direito.....	484
21.3. Requisitos, procedimento judicial e a defesa do locador na ação renovatória	485
21.4. Indenização em favor do locatário.....	489
22. Procedimentos judiciais nas ações envolvendo locações	490
22.1. Ação de despejo	492
22.1.1. Desocupação liminar no começo da ação	492
22.1.2. Documentos necessários para o ingresso da ação.....	494
22.1.3. Emenda da mora no despejo por falta de pagamento.....	495
22.1.4. Cumulação do despejo com a cobrança de aluguéis.....	497
22.1.5. Efeito devolutivo da apelação concessiva do despejo e caução....	498
22.1.6. Prazos para a desocupação	499
22.2. Ação de consignação de aluguéis	501
22.3. Ação revisional	504
23. Garantias no contrato de locação	507
23.1. A caução	508
23.2. A fiança e penhorabilidade	509
23.3. O seguro-fiança.....	519
23.4. Cessão fiduciária de quotas de fundo de investimento	520
24. Retenção por benfeitorias necessárias ou úteis	521
25. Sublocação e cessão, empréstimo e sub-rogação da locação	523
26. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor às locações.....	526
27. Aplicação da lei no tempo	528
CAPÍTULO XXIII – GESTÃO DE NEGÓCIOS.....	530
1. Conceito.....	530
2. Características.....	532
3. Obrigações e responsabilidades do gestor.....	533
4. Obrigações e responsabilidades do dono do negócio.....	534
5. Ratificação da gestão pelo dono do negócio	534

6. Desaprovação da gestão.....	535
7. Negócios comuns do gestor e do dono.....	535
CAPÍTULO XXIV – COMODATO	536
1. Conceito.....	536
2. Características e natureza.....	537
3. Capacidade contratual no comodato	538
4. Objeto.....	538
5. Formação e prova do contrato.....	539
6. Prazo.....	539
7. Obrigações do comodatário.....	541
8. Obrigações do comodante.....	541
9. Riscos pelo uso da coisa.....	542
10. Restituição da coisa	542
10.1. Interpelação.....	543
10.2. Ação própria para conseguir a restituição	544
11. Extinção do comodato.....	545
12. Pagamento de aluguel e retenção por benfeitorias.....	546
13. Comodato modal.....	547
CAPÍTULO XXV – MÚTUO.....	549
1. Conceito.....	549
2. Características do contrato.....	550
3. Capacidade para contrair o mútuo	551
4. Objeto do mútuo	552
5. Mútuo oneroso e juros.....	553
6. Juros no mútuo bancário	555
7. Obrigações e direitos do mutuante e do mutuário.....	559
8. Extinção do mútuo.....	559
CAPÍTULO XXVI – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	561
1. Definição e elementos.....	561
2. Forma de celebração	564
3. Independência hierárquica na prestação dos serviços	564
4. Objeto da prestação de serviços e institutos afins	564
5. Duração do contrato	567
6. Término e resolução do contrato.....	567

7. Falta de habilitação do prestador do serviço	569
8. Transferência do contrato e aliciamento de pessoas.....	570
9. O trabalho doméstico	571
CAPÍTULO XXVII – EMPREITADA	581
1. Conceito e características	581
2. Espécies.....	582
3. Forma.....	585
4. Redução do preço da obra.....	585
5. Alterações do projeto pelo dono da obra	586
6. Obrigações e responsabilidade do empreiteiro	586
7. Obrigações e responsabilidade do dono da obra	590
8. Direito de retenção.....	592
9. Responsabilidade pelos danos causados a terceiros.....	592
10. Obras extraordinárias	594
11. Extinção e suspensão do contrato	594
12. Subempreitada	597
CAPÍTULO XXVIII – DEPÓSITO	600
1. Aspectos gerais.....	600
2. Elementos componentes.....	600
3. Características.....	603
4. Classificação	604
4.1. Depósito voluntário e depósito necessário	604
4.2. Depósito gratuito e depósito oneroso.....	605
4.3. Depósito regular e depósito irregular.....	606
4.4. Depósito mercantil e depósito civil.....	607
4.5. Depósito resultante de contrato de hospedagem	608
4.6. Depósito judicial.....	610
5. Forma	610
6. Promessa de depósito.....	611
7. Obrigações do depositante.....	612
8. Obrigações do depositário	612
9. Perda da coisa depositada.....	616
10. Venda da coisa pelo herdeiro do depositário.....	617
11. Superveniência de incapacidade do depositário	617

12. Extinção do depósito	617
13. Prisão do depositário infiel e o procedimento para a recuperação do bem depositado	618
14. Depósito sem tradição da coisa	622
CAPÍTULO XXIX – MANDATO	625
1. Conceito e características	625
2. Elementos constitutivos.....	626
3. Capacidade para constituir mandatário	627
3.1. Pessoas com incapacidade absoluta e relativa para os atos da vida civil....	627
3.2. Capacidade dos cônjuges em outorgar procuração isoladamente.....	628
3.3. Necessidade da outorga pelos cônjuges em conjunto.....	629
4. Capacidade para ser mandatário.....	630
5. Formas e requisitos do mandato	631
6. Substabelecimento.....	634
7. Aceitação do mandato	636
8. Ratificação	637
9. Espécies de mandatos	639
9.1. Mandato gratuito e mandato remunerado.....	639
9.2. Mandato <i>ad judicia</i> e mandato <i>ad negotia</i>	641
9.3. Mandato civil e mandato mercantil	641
9.4. Mandato especial e mandato geral.....	641
9.5. Mandato em termos gerais e mandato com poderes especiais.....	642
9.6. Mandato em conjunto, solidário, sucessivo e fracionário.....	644
9.7. Mandato judicial e prerrogativas dos advogados.....	645
9.8. Mandato passado ao credor pelo devedor	650
9.9. Procuração em causa própria	652
9.9.1. Conceito e natureza jurídica.....	653
9.9.2. Transmissão de domínio.....	654
9.9.3. Caráter de irrevogabilidade	655
9.9.4. Desnecessidade de prestação de contas	657
9.10. Cláusula mandato.....	657
10. Obrigações do mandatário.....	657
11. Obrigações do mandante.....	659
12. Direito de retenção.....	661
13. Extinção do mandato.....	661
13.1. Revogação.....	661

13.1.1. Efeitos em relação aos terceiros quanto à revogação	662
13.1.2. Mandato irrevogável.....	663
13.1.3. Irrevogabilidade do substabelecimento	665
13.2. Renúncia.....	665
13.3. Morte ou interdição de uma das partes.....	665
13.4. Mudança de estado do mandante ou do mandatário	667
13.5. Término do prazo ou conclusão do negócio.....	667
CAPÍTULO XXX – COMISSÃO.....	668
1. Caracterização.....	668
2. Obrigações do comissário em relação ao comitente.....	670
3. Obrigações do comissário em relação a terceiros	671
4. Direitos do comissário	671
5. Direitos e deveres do comitente.....	673
6. Responsabilidade do comissário	673
7. Comissão <i>del credere</i>	675
CAPÍTULO XXXI – DA AGÊNCIA.....	676
1. Caracterização.....	676
2. Elementos	677
3. Distinções	678
4. Requisitos do contrato escrito	680
5. Remuneração	680
6. Condições para ser agente ou representante comercial e registro no Conselho Regional.....	684
7. Denúncia do contrato	684
8. Obrigações do agente ou representante e do proponente ou representado.....	685
9. Extinção do contrato.....	685
10. A indenização na resolução injusta ou imotivada do contrato	687
11. Agência ou representação comercial e relação de emprego.....	688
CAPÍTULO XXXII – DISTRIBUIÇÃO E CONCESSÃO COMERCIAL.....	691
1. Caracterizações.....	691
2. Partes integrantes no contrato de distribuição ou concessão	695
3. Objeto do contrato de distribuição ou concessão	696
4. Natureza do contrato de distribuição ou concessão	697
5. Limites na aquisição de quotas de bens no contrato de concessão.....	698

6. Fixação dos preços dos bens fornecidos ao concessionário e ao distribuidor.....	700
7. Cláusula de exclusividade de revenda no contrato de distribuição e de concessão	700
8. Forma e prazo do contrato de distribuição e de concessão	701
9. Obrigações do titular dos bens entregues na distribuição e concessão.....	702
10. Obrigações do distribuidor e do concessionário.....	703
11. Resolução do contrato de distribuição ou concessão	704
12. Convenções entre produtores e distribuidores ou concessionários.....	705
13. Ressarcimento na rescisão imotivada do contrato de distribuição e concessão ...	707
CAPÍTULO XXXIII – CORRETAGEM	712
1. Conceito e caracteres	712
2. Corretagem e mediação.....	713
3. Obrigações.....	714
4. Corretagem no direito empresarial.....	715
5. Corretagem de imóveis e sua regulamentação	717
6. Direito à remuneração	718
7. Opção de venda	721
8. Responsabilidade do contratante no pagamento da remuneração ao corretor.....	722
9. Habilitação profissional e direito à remuneração na corretagem de imóveis.....	723
CAPÍTULO XXXIV – TRANSPORTE.....	725
1. Conceito e características	725
2. Distribuição da competência para o transporte e incidência da regulamentação aplicável.....	726
3. Transporte cumulativo.....	728
4. Transporte de pessoas	729
4.1. Bagagem do passageiro e direito de retenção	730
4.2. Obrigações e responsabilidades do transportador.....	731
4.3. Obrigações do passageiro.....	733
4.4. A culpa da vítima no transporte oneroso.....	734
4.5. O transporte gratuito	735
4.6. Transporte e culpa de terceiro	738
4.7. Recusa de passageiro.....	739
4.8. Rescisão do contrato	739
4.9. Interrupção da viagem.....	740
5. Transporte de coisas.....	740
5.1. Conhecimento	742

5.2.	Informação inexata ou falsa descrição, e mercadoria com embalagem inadequada.....	744
5.3.	Recusa ao transporte.....	745
5.4.	Limites e extensão da responsabilidade.....	745
5.5.	Impossibilidade, impedimento e retardamento do transporte	747
5.6.	Entrega das mercadorias ao destinatário	749
5.7.	Obrigações e responsabilidades do remetente, do transportador e do destinatário.....	751
5.8.	Prazo de duração na responsabilidade do transportador	756
5.9.	Prazo decadencial e prescricional em questões de transporte	756
5.10.	Exoneração de responsabilidade através de cláusula contratual.....	757
5.11.	Vistoria e protesto	758
6.	Responsabilidade no transporte aéreo.....	761
6.1.	Responsabilidade quanto aos danos causados ao passageiro e à bagagem ou carga.....	762
6.2.	Responsabilidade quanto aos danos causados a terceiros.....	766
6.3.	Responsabilidade decorrente do abalroamento aéreo.....	767
6.4.	Prazo de prescrição para a ação de reparação	768
6.5.	A responsabilidade segundo a Convenção de Varsóvia e o Código Brasileiro de Aeronáutica	769
6.6.	Responsabilidade na perda ou no extravio e na destruição de bagagem ou carga em acidente aeronáutico.....	773
6.7.	Responsabilidade no atraso de horários.....	775
CAPÍTULO XXXV – SEGURO E PLANOS DE SAÚDE.....		777
1.	Características gerais do seguro	777
2.	Elementos, limites e renovação do contrato	779
3.	Cosseguro	785
4.	O princípio da boa-fé nas declarações.....	786
5.	Espécies.....	788
6.	Seguro de danos e seguro garantia.....	794
7.	Seguro de pessoa.....	801
8.	Obrigações do segurado	811
9.	Obrigações do segurador.....	813
10.	Seguro à conta de outrem.....	814
11.	Diminuição do risco	815
12.	Mora no pagamento do prêmio.....	815
13.	Mora do segurador no pagamento do sinistro	817

14. Agentes autorizados do segurador	818
15. Seguro imobiliário	818
16. O Código de Defesa do Consumidor e a prescrição em matéria de seguro	821
17. Seguro e planos de assistência à saúde	823
17.1. Conceitos e aspectos gerais	823
17.2. Planos de assistência, operadoras e carteiras de contratos	827
17.3. Órgãos executivos, normativos e fiscalizadores nos planos de assistência	831
17.4. Requisitos para o funcionamento das operadoras de planos de saúde	834
17.5. Elementos do contrato	835
17.6. Conceitos de doenças e lesões preexistentes, de segmentações, cobertura parcial temporária, agravo e procedimentos de alta complexidade	836
17.7. Planos de assistência	837
17.7.1. Plano-referência de assistência à saúde	838
17.7.2. Espécies de regimes e de planos de assistência à saúde	842
17.8. Doenças e Lesões Preexistentes (DLP) e cobertura parcial temporária	850
17.9. Renovação automática dos contratos após o vencimento	854
17.10. Proibição em recusar associados e em interromper o internamento	856
17.11. A mudança das contraprestações pecuniárias em função da idade, da sinistralidade ou variação de custos	857
17.12. Obrigações dos prestadores de serviços profissionais de saúde	862
17.13. Regularização das empresas que já prestam serviços como operadoras de planos de assistência à saúde	863
17.14. Fiscalização, obrigações, garantias e liquidação das operadoras	864
17.15. Infrações, penalidades e responsabilidade	870
17.16. Procedimentos da aplicação das penalidades	872
17.17. Responsabilidade das operadoras, dos administradores e membros dos conselhos	877
17.18. Direitos do empregado nos planos de saúde e rescisão do contrato de trabalho sem justa causa	878
17.19. Manutenção do plano ao aposentado e disposições comuns ao ex-empregado demitido ou exonerado sem justa causa	880
17.20. Ressarcimento pelas operadoras dos custos dos serviços de atendimento prestados pelo SUS	884
17.21. Cobertura no atendimento de emergência, urgência e de planejamento familiar	886
17.22. Intervenção nas operadoras de planos	890
17.23. Incidência da Lei nº 9.656/1998 aos contratos vigentes. Exceções	891
17.24. Interrupção do pagamento das prestações	894

CAPÍTULO XXXVI – CONSTITUIÇÃO DE RENDA	898
1. Conceito.....	898
2. Características.....	899
3. Partes.....	900
4. Nulidade da constituição de renda em favor de pessoa já falecida ou que venha a falecer nos trinta dias seguintes à instituição.....	901
5. Direitos e obrigações.....	901
6. Efeitos do contrato	902
7. Extinção do contrato.....	902
CAPÍTULO XXXVII – DO JOGO E DA APOSTA.....	904
1. Definições e elementos componentes.....	904
2. Juridicidade do contrato	905
3. Características do contrato.....	908
4. Dívidas decorrentes do jogo e da aposta	909
5. Dívidas decorrentes de apostas feitas por jogadores em que predomina a capacidade humana na vitória.....	910
6. A repetição de quantias pagas em jogos e apostas	911
7. Reconhecimento, novação ou fiança de dívida de jogo ou aposta.....	912
8. Terceiro de boa-fé.....	913
9. Empréstimo para o jogo e a aposta	913
10. Distinção entre títulos de bolsa, mercadorias ou valores e jogos ou apostas	914
11. Sorteio para a solução de questões	915
12. Loteria, bingo, rifa e turfe.....	915
CAPÍTULO XXXVIII – FIANÇA.....	918
1. Conceito e características	918
2. Natureza jurídica	919
3. Espécies e modalidades	920
4. Objeto.....	920
4.1. Obrigações nulas	920
4.2. Obrigações futuras e obrigações condicionais	921
4.3. Obrigação de dar, fazer e não fazer.....	922
5. Limites da fiança.....	922
6. Capacidade para prestar fiança.....	923
6.1. Consentimento	923
6.2. Incapazes absolutos e relativos	924

6.3. Menores	924
6.4. Sociedade simples ou empresária.....	924
6.5. Analfabetos.....	925
7. Fiança prestada pelos cônjuges.....	925
7.1. Consentimento do cônjuge para prestar fiança e fiança em conjunto	928
7.2. Patrimônio conjugal e meação na fiança sem outorga mútua dos cônjuges ...	929
7.3. Legitimidade para pedir a anulação da fiança	929
7.4. A fiança prestada por cônjuge empresário.....	930
7.5. Fiança e interveniência solidária em contratos de concessão de crédito ...	930
8. Fiança, caução, aval e abono	933
9. Preferência na excussão dos bens e benefício de ordem	934
9.1. Obrigações civis.....	934
9.2. Obrigações empresariais.....	937
10. Forma e interpretação da fiança	938
11. Fiança conjunta.....	939
12. Sub-rogação nos direitos do credor e direito de promover o andamento da execução contra o devedor.....	940
13. Recusa e substituição do fiador	941
14. Transmissão da obrigação do fiador aos herdeiros.....	943
15. Exoneração da fiança	943
15.1. Exoneração e fiança sem limitação no tempo	943
15.2. Exoneração por insolvência do devedor após invocação do benefício de ordem.....	945
16. Extinção da fiança	946
CAPÍTULO XXXIX – TRANSAÇÃO	949
1. Concessões mútuas. Conceito de transação e visão histórica.....	949
2. Características e natureza.....	950
3. Situações configuradoras de transação	953
4. Requisitos	954
5. Modalidades de transação.....	955
6. Objeto da transação.....	958
7. Nulidade e anulabilidade da transação.....	960
8. Ação anulatória e não rescisória.....	962
9. Efeitos da transação.....	963
10. Cláusula penal na transação.....	965

CAPÍTULO XL – COMPROMISSO OU ARBITRAGEM	967
1. A solução de litígios por terceiros	967
2. Conceito, natureza jurídica e distinções.....	969
3. O regime vigente.....	970
4. O árbitro como juiz de fato e de direito. Constitucionalidade.....	971
5. Convenção ou cláusula de arbitragem	973
6. Autonomia da cláusula compromissória.....	977
7. Compromisso arbitral judicial ou extrajudicial.....	978
8. Os árbitros	979
9. Procedimento arbitral.....	981
10. Sentença arbitral	984
11. Nulidade da sentença arbitral	985
12. Sentenças arbitrais estrangeiras	987
CAPÍTULO XLI – PARCERIA E ARRENDAMENTO RURAL	991
1. Conceitos e caracterização	991
2. Leis regulamentadoras	993
3. Natureza do contrato	994
4. Forma dos contratos.....	995
5. Prazos de duração.....	996
5.1. Prazos mínimos para o arrendamento	996
5.1.1. Arrendamento de lavouras e atividades de exploração florestal..	996
5.1.2. Arrendamento para a exploração da pecuária.....	997
5.2. Prazos mínimos para a parceria	997
5.3. Contratos com prazo indeterminado	998
6. Renovação ou prorrogação do contrato	999
6.1. O entendimento da desnecessidade de notificação extrajudicial prévia para o término do contrato de parceria rural ajustado por prazo determinado	1002
7. Direito de preferência ou preempção na alienação do imóvel	1005
7.1. Concorrência de vários arrendatários	1006
7.2. Depósito do preço da venda	1007
7.3. Concorrência do condômino e do arrendatário no direito de preferência ..	1007
7.4. Direito de preferência ou indenização por perdas e danos.....	1007
7.5. Extensão do direito de preferência à parceria	1008
7.6. Abrangência do pedido de preferência a toda a área do imóvel	1009
7.7. Procedimento judicial para o exercício do direito de preferência	1010

8. Benfeitorias e direito de retenção	1011
9. Fixação do preço ou remuneração	1011
9.1. No arrendamento	1011
9.1.1. Valor real do imóvel para arbitrar o preço ou remuneração do arrendamento	1013
9.1.2. Preço potencial da área não arrendada	1014
9.1.3. Arrendamento de imóvel com benfeitorias	1014
9.1.4. Reajuste do preço ou remuneração	1015
9.2. Na parceria	1015
10. Extinção do contrato	1017
11. Ação de despejo	1018
12. Ação de reintegração de posse	1020
13. Venda de imóvel rural objeto de arrendamento ou parceria	1020
14. Subarrendamento e subparceria	1021
CAPÍTULO XLII – SOCIEDADE	1022
1. Enquadramento no Código Civil, caracteres e conceito	1022
2. Natureza jurídica	1023
3. Elementos ou requisitos	1024
4. Classificação das sociedades	1025
4.1. Sociedade empresária e sociedade simples	1026
4.2. Sociedades personificadas e sociedades não personificadas	1029
5. Constituição das sociedades	1031
5.1. Sociedades simples	1031
5.2. Sociedades empresárias	1033
5.3. Fundações particulares	1036
6. Espécies de sociedades personificadas	1039
7. Espécies de sociedades não personificadas	1058
8. Resolução de quota de sócio e dissolução da pessoa jurídica	1063
8.1. Resolução da quota do sócio e procedimento judicial	1064
8.2. Dissolução total da sociedade	1068
9. A liquidação da sociedade	1074
10. Transformação, incorporação, fusão, cisão e alteração das pessoas jurídicas	1076
11. Formas especiais de sociedades	1079
11.1. Condomínio	1079
11.2. Associações	1080
11.3. Sindicatos	1084
11.4. Sociedade entre cônjuges	1084

12. Administração da sociedade	1085
13. Direitos e deveres dos sócios.....	1087
14. Responsabilidade das sociedades	1090
15. Responsabilidade dos administradores e sócios pelas obrigações das sociedades...	1091
16. Obrigações da sociedade e dos sócios relativamente a terceiros.....	1096
17. Responsabilidade dos sócios pelas obrigações fiscais das pessoas jurídicas.....	1098
18. Obrigações pessoais dos sócios	1099
CAPÍTULO XLIII – EDIÇÃO E DIREITO DE AUTOR	1101
1. O contrato de edição	1101
2. Autoria, registro e propriedade das obras intelectuais	1104
3. Obras protegidas.....	1106
4. Retribuição	1109
5. Prazos do contrato e da conclusão da obra.....	1109
6. Cessão ou transferência dos direitos de autor	1110
7. Direitos e deveres do editor e do autor.....	1112
8. Duração dos direitos do autor e extinção do contrato	1115
9. Obras intelectuais do domínio público	1116
10. Publicação, propagação e a utilização da obra.....	1117
11. Autorização do autor para a utilização da obra.....	1126
12. Obras excluídas da proteção e limitações ao direito de autor.....	1127
13. Utilização econômica de obras intelectuais em representações e execuções públicas	1130
14. Direitos conexos	1133
15. Direito de arena	1135
16. Obra de encomenda	1137
17. Associações de titulares de direitos de autor e dos direitos que lhe são conexos	1138
18. Violações dos direitos autorais	1140
19. Obra publicada em diários e periódicos.....	1143
20. Obra de engenharia e arquitetura.....	1143
21. Representação dramática.....	1145
21.1. Características, partes e forma.....	1146
21.2. Representação em espetáculos públicos.....	1146
21.3. Prazo e extinção do contrato	1147
21.4. Livre representação ou execução.....	1148
21.5. Direitos e obrigações.....	1148
22. Direito de autor e <i>software</i>	1149

CAPÍTULO XLIV – ARRENDAMENTO MERCANTIL	1156
1. Terminologia.....	1156
2. Definição.....	1157
3. Elementos integrantes do conceito de arrendamento mercantil.....	1159
4. Origens do instituto	1159
5. O arrendamento mercantil no Brasil.....	1160
6. Espécies de arrendamento mercantil.....	1161
6.1. O arrendamento mercantil operacional.....	1161
6.2. O arrendamento mercantil financeiro.....	1163
6.3. O arrendamento mercantil contratado com o próprio vendedor.....	1164
6.4. O arrendamento mercantil contratado com empresas integrantes do mesmo grupo financeiro	1166
7. Relações obrigacionais que compõem o arrendamento mercantil.....	1167
7.1. Promessa sinalagmática de locação	1167
7.2. Relação de mandato especial	1167
7.3. Locação da coisa.....	1167
7.4. Compromisso unilateral de venda	1168
7.5. Possibilidade de compra e venda.....	1168
8. Os requisitos do contrato de arrendamento mercantil.....	1168
9. Elementos componentes do contrato de arrendamento mercantil.....	1169
9.1. Descrição dos bens.....	1169
9.2. Prazo	1169
9.3. Valor ou fórmula de cálculo das contraprestações e o critério para o reajuste ...	1170
9.4. Forma e planos de pagamento das prestações.....	1171
9.5. Condições para o exercício do direito de opção	1171
9.6. Opção de compra	1171
9.7. Despesas e encargos adicionais	1173
9.8. Substituição do bem arrendado.....	1174
9.9. Cláusulas adicionais.....	1174
9.10. Vistoria dos bens pela sociedade arrendante.....	1175
9.11. Inadimplemento das obrigações pelo arrendatário e destruição, perecimento ou desaparecimento do bem arrendado.....	1175
9.12. Transferência do bem arrendado a terceiros	1175
9.13. Opção de compra exercida antes do término do prazo contratual.....	1175
9.14. Obrigações do arrendante e do arrendatário.....	1176
10. Partes integrantes do contrato de arrendamento mercantil.....	1176
10.1. Empresa de arrendamento mercantil	1176

10.2. Arrendatário.....	1179
10.3. Empresa fornecedora.....	1180
11. Bens objeto do contrato de arrendamento mercantil.....	1180
11.1. Bens móveis.....	1180
11.2. Bens imóveis.....	1181
12. Procedimentos judiciais no arrendamento mercantil.....	1183
12.1. Cobrança executiva de encargos e aluguéis.....	1183
12.2. Purgação da mora pelo arrendatário.....	1183
12.3. Ação de reintegração de posse contra o arrendatário.....	1185
12.4. A insolvência do arrendatário.....	1186
12.5. Penhora de direitos creditórios do arrendatário.....	1187
CAPÍTULO XLV – CONSÓRCIOS.....	1188
1. Caracterização.....	1188
2. Exigências legais para a formação do consórcio.....	1190
2.1. No tocante às sociedades.....	1190
2.2. No tocante ao regulamento do consórcio.....	1192
3. Sistemática do sorteio e dos lances.....	1193
4. Consórcio de bens imóveis.....	1194
5. Mora do consorciado em receber a carta de crédito.....	1195
6. A alienação fiduciária e outras garantias oferecidas no contrato de consórcio.....	1195
7. Responsabilidade dos patrocinadores do consórcio.....	1197
8. Desistência do consorciado e devolução das quantias pagas.....	1198
9. Ação para obrigar a entrega do bem.....	1200
10. Anomalia no mercado de bens e elevação do preço.....	1201
CAPÍTULO XLVI – ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA.....	1203
1. Fidúcia.....	1203
2. Negócio fiduciário.....	1204
3. Alienação fiduciária em garantia.....	1205
4. Alienação fiduciária e negócio fiduciário.....	1207
5. Tipicidade e natureza da alienação fiduciária.....	1207
6. Caráter acessório da alienação fiduciária.....	1208
7. Posse, domínio e tradição na alienação fiduciária.....	1209
8. Objeto da alienação fiduciária.....	1210
8.1. Coisas móveis, imóveis e direitos creditórios.....	1210
8.2. Coisas fungíveis, infungíveis, cessão de direitos e créditos.....	1211

9. Forma e registro da propriedade fiduciária	1214
10. O registro na alienação fiduciária de veículos automotores.....	1215
11. Efeitos do registro quanto à falência e recuperação judicial ou extrajudicial do empresário e das empresas	1217
12. Financiamento com alienação fiduciária de bens já integrados no patrimônio do alienante.....	1218
13. Sociedades habilitadas a conceder financiamento com alienação fiduciária em garantia	1220
14. Simulação no contrato de alienação fiduciária e inexistência do bem.....	1222
15. Venda do bem alienado fiduciariamente e extensão da alienação fiduciária nas transferências do bem alienado	1222
16. Inadimplência do devedor e meios processuais para a satisfação do crédito.....	1223
17. Saldo devedor e venda extrajudicial.....	1226
18. Posição de depositário do alienante-devedor	1229
19. Constituição em mora	1229
20. Impossibilidade da prisão civil	1230
21. A posição do terceiro que paga a dívida.....	1231
22. Posição do avalista na venda extrajudicial	1232
23. Aplicação de normas do penhor, da hipoteca e da anticrese e vencimento da dívida.....	1234
CAPÍTULO XLVII – INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA	1236
1. Conceito.....	1236
2. Partes integrantes do contrato	1237
3. Objeto do contrato	1239
4. Formalização e elementos da incorporação.....	1240
4.1. Prazo de validade do registro da incorporação e da carência para a desistência do empreendimento	1243
4.2. Prazo para formalizar o contrato relativo à fração ideal do terreno, e o contrato de construção e a convenção do condomínio.....	1244
4.3. Ônus reais ou fiscais que gravam o imóvel	1245
4.4. Averbação das vendas de unidades do prédio	1246
4.5. Afetação do imóvel e outros bens na incorporação.....	1246
5. Celebração dos contratos com os adquirentes.....	1249
6. Modalidades de contratos de construção do edifício	1251
7. Obrigações e direitos do incorporador.....	1252
8. Obrigações e direitos do adquirente	1255
9. Assembleia geral dos contratantes e comissão de representantes.....	1257

10. Convenção dos condôminos.....	1260
10.1. Convenção não registrada e obrigações dos condôminos.....	1261
11. Rescisão do contrato por inadimplência junto ao incorporador.....	1262
12. Rescisão do contrato por inadimplência do adquirente nas incorporações con- tratadas pelo regime de empreitada ou administração.....	1265
13. Responsabilidade pelas unidades não vendidas.....	1266
14. Direito de retenção.....	1267
15. Alterações no projeto e na construção.....	1267
CAPÍTULO XLVIII – CARTÕES DE CRÉDITO.....	1269
1. Caracterização e finalidade.....	1269
2. Entidades emissoras.....	1270
3. Partes integrantes.....	1271
4. Forma e utilização do cartão de crédito.....	1272
5. Relações jurídicas entre os contratantes.....	1273
6. Natureza do contrato.....	1274
7. Responsabilidade do fornecedor de mercadorias ou serviços.....	1275
8. Extravio, perda, roubo ou clonagem do cartão.....	1276
9. Caráter de instituições financeiras das operações realizadas pela administradora.....	1280
10. Não enquadramento da administradora como instituição financeira.....	1281
11. Atuação da administradora como mandatária ou como integrante de instituição financeira.....	1282
12. Não configuração do crime de usura na cobrança de juros superiores à taxa legal.....	1283
13. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor.....	1283
CAPÍTULO XLIX – NOVAS FORMAS CONTRATUAIS.....	1285
1. Aspectos gerais.....	1285
2. <i>Know-how</i> ou contrato de venda de tecnologia.....	1285
3. <i>Engineering</i>	1288
4. <i>Factoring</i> ou faturização.....	1288
5. Franquia ou <i>franchising</i>	1293
6. Contrato de capitalização.....	1300
CAPÍTULO L – CONTRATOS BANCÁRIOS.....	1303
1. Atividade bancária e classificação dos estabelecimentos bancários.....	1303
2. Depósito bancário.....	1306

3. Abertura de crédito	1309
4. Desconto bancário.....	1311
5. Redesconto	1313
6. Contas-correntes	1313
7. Antecipações bancárias.....	1316
8. Cartas de crédito.....	1317
9. Empréstimo bancário.....	1318
10. Crédito documentado ou documentário	1319
11. Operações de câmbio	1321
12. Caderneta de poupança	1321
13. Contrato de custódia e guarda de valores	1322
14. Cobrança de títulos	1323
15. Transferência de numerário	1323
16. Arrecadação de valores.....	1323
BIBLIOGRAFIA	1325